

poder

O outono do Executivo-príncipe

Estamos em um momento de aprendizagem para a democracia

Fernando Schüller

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

Esta semana vimos ruir uma das principais promessas de campanha de Bolsonaro. O governo fez o que pôde. O presidente mobilizou sua base mais fiel, via redes sociais, e lançou mão de um argumento vindo direto do século 18, vinculando a posse de armas à defesa da democracia. Mas não deu. O governo perdeu, por óbvio, porque não possui uma base orgânica no Congresso. Boa parte dos analistas políticos, muitos com bons argumentos, enxergam isso como um grave problema. Se o governo tivesse cumprido as tarefas do presidencialismo de coalizão, teria aprovado com facilidade o seu decreto das armas. Co-

mo não fez o trabalho de casa, deu no que deu. De minha parte, não vejo isso como grande problema. Acho positivo que o Congresso, sem fazer no pescoço ou distribuição de recursos políticos por parte do Executivo, rejeite a flexibilização, via decreto, do Estatuto do Desarmamento. É irrelevante aqui discutir o mérito da questão. Há quem seja a favor e contra a liberação de armas. A democracia é assim. Acho engraçado quem julga que a democracia só é boa quando suas ideias e seus políticos favoritos ganham o jogo. Não é o meu caso. Ninguém é dono da verdade na democracia, ainda que

isso soe como uma ideia terrível para muita gente. Canssei de escutar que a liberação das armas era mais um exemplo de que nossa democracia estava em risco. Quem me lê sabe que nunca acreditei nessa conversa, e agora temos a resposta: não era o decreto que ameaçava a democracia, mas a democracia que terminou fulminando o decreto. Metabolizou (como diria Marina) mais um item da agenda conservadora (não precisamos lembrar que não se trata do "verdadeiro" conservadorismo), assim como fez com tantos outros, e prosseguirá fazendo. O mesmo Congresso que dinamitou o decreto das armas

aprovou, na outra semana, a suplementação orçamentária requerida pelo governo. Houve concessão de recursos para educação, habitação popular, ciência e tecnologia, e a matéria obteve unanimidade. Talvez tenha ocorrido algum milagre, ou quem sabe apenas um exemplo simples do que tenho chamado de lógica de correspondência. Um pouco antes, ainda, o Congresso aprovou a nova lei das agências reguladoras. Bloqueou nomeações políticas, ampliou prazos de quarentena, em um movimento na direção oposta aos interesses do varejo político, representados no próprio parlamento. Outro episó-

dio isolado, como o da aprovação da MP das companhias aéreas, além do avanço da reforma da Previdência? É possível. Minha hipótese é que vai se cristalizando um novo modus vivendi na relação Executivo-Congresso. O Congresso vem aprovando e recusando matérias com maior autonomia e com base em consensos provisórios. E a democracia não parece estar à beira do abismo por causa disso, ao contrário do que tendemos a achar após algum tempo inalando toxina ideológica e raiva política na bolha digital. Se você era crítico em relação ao decreto das armas, Escola sem Partido e outros itens da chamada agenda conservadora, dê graças que o governo não dispõe de um rolo compressor no Congresso. Faça um brinde ao fato de que não dispomos mais de um Executivo-príncipe, ao estilo do que nos levou à maior crise de nossa história recente, em 2015-2016, pela qual ainda pagaremos durante muitos anos.

No mundo imaginário da política, estamos diante de um perigoso risco de plebiscitismo e erosão democrática. No mundo real, o que vemos é outra coisa: um governo politicamente frágil e de baixo consenso diante de um Congresso avesso à agenda conservadora, ainda que surpreendentemente favorável a temas de modernização econômica. E o mesmo pode-se dizer do STF. Em ambos os casos, não se trata propriamente de uma má notícia. Antes que alguém diga que o argumento é bom para o governo, preste atenção: não é. A lógica da corresponsabilidade e o protagonismo parlamentar vêm mais da fragilidade do que da força do atual governo. É um momento de aprendizagem para nossa democracia, e intuo que logo adiante emergirá um novo modelo de coalizão majoritária no Congresso. O tempo não é de aprendizagem para aqueles que já sabem de tudo. Felizmente, não é este meu caso.

D S T Q O S S Elio Gaspari, Janio de Freitas | Celso Rocha de Barros | Joel Pinheiro da Fonseca | Elio Gaspari | Fernando Schüller | Reinaldo Azevedo | Demétrio Magnoli



Jair Bolsonaro em visita à fazenda Nova Esperança, em Guaratinguetá (SP), que cuida de dependentes químicos. Marcos Corrêa/PR

Bolsonaro dribla Congresso e tira demarcações da Funai

Nova MP passa atribuição para Agricultura, o que já havia sido derrubado em maio

Rubens Valente, Angela Boldrini e José Marques

BRÁSILIA E GUARATINGUETÁ (SP) O presidente Jair Bolsonaro (PSL) editou nesta quarta (19) uma nova medida provisória que reverte decisão de maio do Congresso e devolve a tarefa de demarcação de terras indígenas no país ao Ministério da Agricultura. Publicado no Diário Oficial, a nova MP, de número 886, assinada por Bolsonaro e pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil), estabelece que constituem áreas de competência da Agricultura a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a Amazônia Legal, as terras indígenas e as terras quilombolas. A seguir, o texto diz que tais competências incluem "a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos e das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas". Com a medida, que terá de ser avaliada por Câmara e Senado, Bolsonaro driblou uma decisão do Congresso de maio. Na primeira medida provisória que editou no seu

governo e que reestruturou a administração pública federal, em janeiro, o presidente havia retirado a demarcação de terras indígenas da alçada da Funai (Fundação Nacional do Índio) e a enviado para a pasta da Agricultura. Foi a primeira vez desde a criação do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910, antecessor da Funai, que o serviço de demarcação foi retirado do órgão. Em votação, porém, os parlamentares decidiram manter a Funai, com as atribuições originais, na pasta da Justiça, sob o comando de Sérgio Moro. Na época, o resultado foi comemorado como uma vitória por indígenas e pela Frente Parlamentar Indígena, coordenado pela deputada Joênia Wapichana (Rede-AP). Já bancada ruralista emitiu carta pública para dizer que reverteria a decisão no plenário, mas foi derrotada. Membros do setor também atacaram o então presidente da Funai, o general Franklindberg Freitas, que foi retirado do cargo na semana passada. Em agenda em Guaratinguetá, no interior de São Paulo, nesta quarta, Bolsonaro criticou a decisão do Congresso de modificar medida pro-

visória de janeiro e manter na Justiça a atribuição de demarcar terras indígenas no país. "O Legislativo não pode fazer o que fez", disse o presidente após evento da Aeronáutica. "A iniciativa de mudar [MP] é privativa nossa." "A questão de reserva indígena quem decide, na ponta da linha, sou eu. Sou eu quem assino o decreto demarcatório e eu não vou assinar nenhuma nova reserva indígena no Brasil." Até o final de 2018, 112 terras aguardavam estudos na Funai com o objetivo de demarcação e outras 42 já haviam sido identificadas e delimitadas, aguardando só a avaliação do governo para demarcação. Indígenas reivindicam outras cerca de 500 terras como de ocupação tradicional. A nova MP repercutiu mal entre indígenas e indigenistas. "Persiste o conflito de interesses em subordinar direitos territoriais indígenas a ruralistas, mas, com a reedição da MP, a questão assume proporções de conflito entre os Poderes da República, pois o Executivo ignora decisão do Legislativo que devolveu a Funai ao Ministério da Justiça", disse Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA (Instituto Socioambien-

+ **O que muda com a MP** **Reforma agrária e demarcação de terras indígenas** Sob o guarda-chuva do Ministério da Justiça (de Sérgio Moro), voltam à Agricultura (chefiada por Tereza Cristina). Mudança foi derrubada pelo Congresso em maio **Articulação política** Antes responsável pela Casa Civil, sob Onyx Lorenzoni, passa para a Secretaria de Governo. A pasta será chefiada pelo general Ramos **Imprensa Nacional, SAJ e PPI** Imprensa Nacional e Subchefia de Assuntos Jurídicos deixam a Casa Civil e passam para a Secretaria-Geral, sob o general Floriano Peixoto. Já o PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) sai da Secretaria de Governo e vai para a Casa Civil

tal) e ex-presidente da Funai. A deputada Joênia disse que a Rede prepara ação direta de inconstitucionalidade para tentar anular a MP. "A palavra do dia é afronta. Ele está afrontando e desrespeitando a separação dos Poderes, que está na Constituição. Já há decisões no Supremo dizendo que o Executivo não pode reeditar duas vezes a mesma matéria em MP. A gente vai questionar a constitucionalidade." Pela lei, Bolsonaro não pode editar duas MPs sobre o mesmo assunto na mesma legislatura do Congresso. Mas o governo poderá argumentar que a primeira MP rejeitada no Congresso foi editada em janeiro, quando a legislatura era outra. A posse dos parlamentares ocorreu em fevereiro. Oposiçãoistas pediram ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que devolvesse a medida ao governo. Caso ele decida fazê-lo, o texto perderá validade. A devolução de medidas provisórias cabe ao presidente do Congresso, posto que é ocupado pelo presidente do Senado.

Governo transfere articulação de Onyx para general Ramos

BRÁSILIA Após série de queixas do Congresso sobre o relacionamento com o Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro decidiu transferir a articulação política da Casa Civil para a Secretaria de Governo, que será assumida pelo general Luiz Eduardo Ramos. As mudanças constam em medida provisória publicada no Diário Oficial da União desta quarta (19). Na última sexta (14), um dia após demitir o general Carlos Alberto dos Santos Cruz da Secretaria de Governo, Bolsonaro disse que seu governo pretendia "mudar as caixinhas" das atribuições de três dos quatro ministros do Palácio do Planalto. Passaram por mudanças: Casa Civil, Secretaria de Governo e Secretaria-Geral. A Casa Civil, comandada pelo ministro Onyx Lorenzoni, foi a que mais teve desmembramentos. Pela medida, a pasta perde a função de fazer a análise jurídica de decretos e projetos de lei, o comando da imprensa nacional (responsável pela publicação do Diário Oficial) e a articulação com o Legislativo. A Secretaria-Geral, cujo titular é o general Floriano Peixoto, passa a ter a imprensa nacional e a SAJ (subchefia de Assuntos Jurídicos). O órgão, comandado por Jorge Francisco de Oliveira, é responsável por toda a análise jurídica de atos

assinados pelo presidente e tradicionalmente ficava vinculada à Casa Civil. Onyx seguirá com as funções de coordenação ministerial e passará a comandar o PPI (programa de parcerias e investimentos), antes sob o guarda-chuva da Secretaria de Governo. O órgão é responsável por elaborar e acompanhar programas de infraestrutura e privatizações. A Secom (Secretaria de Comunicação Social), alvo de disputas, seguirá no Governo. Anunciado na semana passada, Ramos só deve tomar posse em julho. Ele é general da ativa do Exército e seu desligamento da função para assumir o ministério requer tempo. Ao transferir a articulação para a Secretaria de Governo, Bolsonaro retoma estrutura que era adotada pelo ex-presidente Michel Temer. Ele também tira das mãos de um político (Onyx é deputado federal licenciado) a atividade de conversar com parlamentares e a transferir para um militar. Onyx, porém, responderá pela articulação política até o final da reforma da Previdência, informou a Secretaria de Governo, em nota, afirmando que a transferência das atividades que pertenciam à Casa Civil "se dará de forma paulatina", até que Ramos "possa se inteirar de toda a pasta sob o seu comando." Talita Fernandes e Danielle Brant

+ **Nº 1 de lista para a PGR é recebido por governo** Procurador mais votado entre membros do Ministério Público Federal para o comando da PGR (Procuradoria-Geral da República), Mario Bonsaglia esteve na noite desta quarta (19) com assessor do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Ele se reuniu com o subchefe de assuntos jurídicos, Jorge Francisco de Oliveira, no Planalto. Caberá ao presidente escolher o nome para a sucessão de Raquel Dodge. Questionado em Guaratinguetá (SP) se indicará um dos eleitos pelos procuradores, Bolsonaro disse que vai "estudar a lista". "Vou seguir a Constituição" Não há na lei determinação para que ele siga a indicação. Os mais votados da categoria foram Bonsaglia, Luiza Frischeisen e Blal Dallout.